

## **EDUCAÇÃO EM DIREITOS HUMANOS: POSSIBILIDADES DE UMA ESCOLA INCLUSIVA**

Autora: Josefa Maiara da Silva

*Universidade Estadual da Paraíba, [maiara.silvaped@gmail.com](mailto:maiara.silvaped@gmail.com)*

Co-autora 1: Renata Medeiros Vieira Marinho

*Universidade Estadual da Paraíba, [renatamvmarinho@gmail.com](mailto:renatamvmarinho@gmail.com)*

Co-autora 2: Joseane Gomes Paulino

*Universidade Estadual da Paraíba, [paulinogomesjoseane@gmail.com](mailto:paulinogomesjoseane@gmail.com)*

Orientadora: Cristiane Maria Nepomuceno

*Universidade Estadual da Paraíba, [crismarianepomuceno@hotmail.com](mailto:crismarianepomuceno@hotmail.com)*

Resumo: Apresentaremos um breve histórico de como surgiu a Educação em Direitos Humanos seguido de sua importância para a sociedade. Este trabalho tem como objetivo apresentar o esboço de uma educação em/para os direitos humanos, que seja inclusiva para todos os sujeitos baseando-se na igualdade, justiça, direitos e cultura de paz. Como fundamentação teórica utilizamos CANDOU, DIAS, PORTO, FIGUEIREDO, SANTOS que são grandes nomes na educação inclusiva e na perspectiva da diversidade; estabelecemos então um paralelo com as observações no campo de estágio, observamos as práticas da professora da creche que configurou-se como campo de estágio e tivemos a oportunidade de analisá-las aproveitando-o como locus de construção da identidade de professor de acordo com os estudos realizados em sala.

Palavras-chave: Educação em Direitos Humanos, Escola inclusiva, Diversidade.

## Introdução

A Educação em Direito Humanos (EDH) foi fruto de uma exigência da sociedade moderna em busca de paz, igualdade e justiça, tendo como fundantes a Declaração Universal dos Direitos do Homem e do Cidadão, em 1793, produto da Revolução Francesa, que foi símbolo de luta contra a desigualdade e exploração que afetava principalmente a classe social mais vulnerável daquele tempo histórico (camponeses), os intelectuais da época defendiam a emancipação humana a que todos tinham o direito, outro documento de base foi a Declaração Universal dos Direitos Humanos em 1948, forjado pela Organização das Nações Unidas (ONU), produzida ao término da Segunda Grande Guerra (1939-1945), quando o mundo sofreu com o holocausto que ocasionou milhões de mortes, símbolo de intolerância religiosa, xenofobia, além da forte propaganda incentivadora do etnocentrismo da raça ariana, que tinha o objeto de dominar o mundo.

A importância da EDH está justamente em lutar contra estas atrocidades que existiram e ainda existem mesmo que em escala menor, todos os dias encontramos pequenos atos de preconceito, de intolerância ao outro, pelo motivo mais pitoresco de não aceitar um modo de se vestir, de usar o cabelo, de falar, estas ações se dão de forma muito natural nas relações sociais, e por vezes as pessoas não se veem praticando a intolerância, no entanto, existe uma situação de constrangimento, de insegurança e de tristeza por parte da pessoa que sofre a ação, e estes fatos precisam mudar para que todos tenham o direito de Ser (mais), e a educação é o caminho mais fácil, para mudar esta realidade, sendo a educação infantil importantíssima, pois é na infância que a personalidade começa a ser construída, com uma formação que reconheça e favoreça a diversidade, a escola estaria educando uma leva de crianças para a garantia dos direitos humanos, traduzindo-se na construção de uma sociedade mais justa e mais humana. Lançamos o olhar investigativo sobre o campo de estágio, locus de práticas profissionais formadoras de personalidades, comportamentos e subjetividades, traçamos um paralelo das relações professora-crianças e crianças-crianças, seja na sala de atividades, no pátio, nos momentos de cuidado como o momento da acolhida, do café da manhã, das atividades livres, e da saída com a teoria estudada em sala.

De acordo com o que foi exposto acima temos como objetivo mostrar que a educação em direitos humanos é uma perspectiva fundamental para educação escolar já na educação infantil, por esta ser uma etapa de desenvolvimento completo do indivíduo, incluindo sua personalidade. Aludindo o que foi dito, devemos considerar que a EDH se constitui em duas perspectivas que se diferenciam pelos termos, a Educação **em** Direitos Humanos significa a transmissão de conhecimentos, o estudo

dos direitos e deveres, enquanto a Educação **para** os Direitos Humanos busca a mudança de mentalidades, a transformação, cobiça práticas conscientes para uma sociedade justa e igualitária, é provocativa de ações pacificadoras.

Trata-se de garantir a dignidade humana para todos os homens, Dias e Porto assinalam que “com base na noção de indivisibilidade entre igualdade e liberdade, reivindica-se, portanto, como fundamento da Educação em Direitos Humanos, a noção de dignidade do ser humano, seu reconhecimento, sua realização e sua universalização” (DIAS, PORTO, 2010P. 34). Este é um preceito básico para convivência em sociedade, dignidade é liberdade de ser (mais) do sujeito de direitos, um completo cidadão digno, de valor, que tem a igualdade garantida por lei, e esta deve ser reconhecida por todos.

#### A educação no contexto recente no Brasil

O Brasil vinha emergindo em termos de conquistas de direitos desde as lutas cívicas dos anos de 1980 que levou a construção da Constituição Federal de 1988, conhecida como constituição cidadã, com a redemocratização do país criou-se um esqueleto de educação inclusiva, a escola regular torna-se assim um lugar de todos para educar todos para a mesma sociedade. A educação escolar torna-se um direito público subjetivo, ou seja, o não cumprimento é uma ofensa às lutas dos grupos minoritários e tamanha falta de respeito aos direitos humanos.

Nos anos que se seguem muitas das políticas públicas destinadas à educação dizem respeito ao contexto internacional. Neste período, aconteceram diversos eventos como a Declaração Mundial sobre Educação Para Todos e Plano de Ação para Satisfazer as Necessidades Básicas de Aprendizagem, a Declaração de Viena sobre os Direitos Humanos e o Programa Mundial de Educação para os Direitos Humanos. Nessa direção, o Brasil como país signatário destes documentos, inicia em 2003 a elaboração do Plano Nacional de Educação em Direitos Humanos (PNEDH) para todos os níveis da educação.

Muitos foram os avanços na educação, em termos de legislação até o ano de 2016, seja por políticas públicas ou de governo, quando o atual presidente da república Michel Temer iniciou um desmonte na educação, iniciando de forma totalmente antidialógica a reforma do ensino médio com

a Medida Provisória (MP) 246, congelando o investimento público na educação e na saúde por vinte (20) anos com a Proposta de Emenda Constitucional (PEC) 241, e mais recentemente com a retirada de um tema muito importante para a promoção de uma sociedade igualitária, a identidade de gênero.

### Construção da identidade de professor com base na experiência de estágio

Nossas observações no campo de estágio foram orientadas pelos textos estudados em sala de aula, principalmente os dos componentes de Educação Infantil e Diversidade, Inclusão social e Educação, onde traçamos um paralelo entre a teoria e prática.

A professora do Pré-escolar I atua a bastante tempo e já está prestes a se aposentar, sendo este o assunto mais abordado por ela em nossos encontros, tem formação satisfatória para assumir o cargo de professora, trabalha os três turnos em diferentes modalidades da educação e instituições, conhece os documentos orientadores das práticas educativas, contudo, suas ações não coincidem com as diretrizes e ela nos afirma isto “nós sabemos que as diretrizes mandam tratar destes assuntos de ‘igualdade de gênero’, mas aqui nós não toleramos, não toleramos!”, neste momento ouve uma confusão sobre o que seria igualdade de gênero e orientação sexual, esta afirmação da professora veio logo depois de um acontecimento entre as crianças numa atividade dirigida, a atividade utilizava bexigas e pratinhos descartáveis, eram bexigas de três cores diferentes (azul, verde e rosa) um menino pediu para brincar com a bexiga rosa, a professora olhou como se a criança tivesse falado um palavrão, e foi firme ao afirmar que cor de menino só são duas, a verde ou a azul e rosa é cor de menina, então o menino se contentou em brincar com a bola azul, no momento do intervalo presenciamos uma das meninas da sala dizer que a cor preferida dela é o rosa porque é de menina, percebemos aqui que as crianças interiorizam a fala preconceituosa da professora e entendem como se fosse verdade, desta forma a professora está, sem perceber, ensinando para a intolerância. Muitos fatores influem para que ela tenha esta postura, a idade, os valores da sociedade em que ela se desenvolveu e subjetivou os valores, a religião que ela pratica, a formação, e também a ausência de uma formação continuada que contribua para a evolução de seu pensamento em contato com novas teorias.

Estes são profissionais defasados, que não conseguem atuar da forma como as políticas públicas exigem, deixam suas ideologias dominarem sua prática, a ação está separada de uma reflexão verdadeira, que saia do passado, de como era a educação tradicional pela qual passou quando

estudante e para às exigências atuais. Esporadicamente, porém de forma muito visível trata as crianças de forma diferente, quando a professora está falando com uma criança *x*, que tem cabelos lisos, loiros e pele branca apresenta expressões suaves, passa a mão na cabeça, sorri e fala baixo, pois acha que ele a entende de primeira. Quando está se relacionando com uma criança *y*, o trata diferente a expressão facial é mais forte, fala mais alto e o toque não é leve, esta criança tem pele escura, cabelos enrolados, e é amigo da criança *x* e entre eles não há distinção, as crianças se veem como são, não se sentem diferentes, nem chegam a perceber que são tratados de forma diferente pela “tia” deles.

Utilizando o estágio como locus de construção do “ser professor” a postura da professora observada serve como parâmetro à não ser seguido, o ditado popular que diz na prática a teoria é diferente não pode perpetuar, a teoria da qual estamos tratando deve estar presente em nossa prática para que diferente daqueles profissionais de postura antiga e de total rejeição ao novo, estejamos formando para a diversidade e não para a intolerância, esta é uma exigência a qual o nosso currículo obedece e temos o dever de desenvolver um trabalho que contribua para a paz social, cultural e para o bem de todos.

#### A Escola que pretendemos: inclusiva por compromisso

Pretendemos uma renovação na escola, isso será possível com a divulgação, discussão e principalmente com a prática de uma educação em/para os direitos humanos, esta será a escola inclusiva, de acordo com Figueiredo (2008) inclusiva não no sentido de educação especial, mas a escola regular que seja verdadeiramente de todos, Teixeira dos Santos afirma que para esta renovação “ações são possíveis e elas se situam em diferentes níveis: no âmbito da sala de aula, do projeto da escola” (TEIXEIRA DOS SANTOS, 2008, p.151), esta é uma responsabilidade de todo profissional da educação, desenvolver práticas no cotidiano que corroborem para a garantia de liberdade das crianças, respeitando seu modo de ser e, ver e pensar o mundo, para professores principalmente na sala, mas é possível também fora dela, pois como se sabe as crianças aprendem muito mais com os exemplos vistos nas relações entre as pessoas, o campo de relações da escola/creche é vasto, outros profissionais também podem desenvolver ações de acolha a diversidade e garantia de direitos, a equipe gestora na administração, a equipe técnica no auxílio prestado, a merendeira na entrega do café da manhã e almoço, a cuidadora, o porteiro ao receber e despedir-se e os responsáveis pelas crianças.

Em consonância ao estágio estamos moldando o nosso ambiente de trabalho, a creche deve ser compreendida como um ambiente de aconchego, que recebe a todos de forma igual e que desperta o desejo das crianças em estarem naquele local, discutindo, problematizando e tornando as diferenças um ponto positivo de cada criança, notoriamente cada uma se apropriará de uma característica que antes pertencia à outra e que agora não é mais indiferente, ela é bem vinda, este fato representa o resultado de um bom acolhimento, dessa forma Candau defende que deve se desenvolver nas instituições educativas a “articulação entre igualdade e diferença, isto é, da passagem da afirmação da igualdade ou da diferença para a da igualdade na diferença” (CANDAU, 2010, p. 208).

Na escola inclusiva o professor deve sempre agir de forma dialógica, pois esta é a essência da educação, considerar todas as falas, dar liberdade para as várias expressões das crianças, construir as regras de convivência de forma coletiva, assim como resolver os problemas oriundos das crianças e suas dúvidas, o pedagogo estaria assim formando sujeitos respeitadores de direitos e deveres, ainda de acordo com Candau “a educação em direitos humanos na perspectiva na perspectiva intercultural que defendemos quer promover uma educação para o reconhecimento do ‘outro’, para o diálogo entre os diferentes grupos sociais e culturais” (CANDAU, 2010, p. 223).

O curso de Pedagogia hoje obedece a resolução 02/2015 que coloca a obrigatoriedade da educação em direitos humanos para todas as licenciaturas apenas assim os profissionais poderão desenvolver um trabalho que incentive o respeito a diversidade, em consonância a esta medida Figueiredo declara “o permanente movimento na sociedade humana implica o redimensionamento de papéis das agências ou instituições sociais e dos profissionais que as integram” (FIGUEIREDO, 2008, p. 141), entendemos que para a efetivação de uma escola para os direitos humanos, esta instituição deve desenvolver um papel que vá além da transmissão de conhecimentos “mas, sobretudo, enquanto prática humana e social de fortalecimento dos valores universalmente desejáveis para a implementação de uma cultura de direitos”. (DIAS, PORTO, 2010 p.38). Esta escola deve ser inclusiva no currículo, no projeto político pedagógico, nas práticas e nas relações dentro da escola, pois tudo o que se aprende dentro da escola é levado para a sociedade, do mesmo jeito que tudo que se aprende na sociedade é levado para a escola, sendo assim ela, a escola e seus agentes, funcionam como filtro, tendo o poder de mudar as atitudes que possam gerar conflitos, pode enaltecer as atitudes que garantam uma cultura de paz; esta é uma tarefa de muita complexidade considerando que os conflitos estão emergindo com uma força extrema trazendo regressos para toda a sociedade, entretanto com o compromisso de cada profissional nós podemos instalar uma Escola Inclusiva que

além da transmissão de conhecimentos eduque para a vida, a escola estaria cumprindo seu papel social de contribuir formando para a convivência pacífica entre os homens.

### Considerações finais

A escola é uma invenção moderna, a principal instituição responsável pela educação, esta função também atribuída à creche, mas este ambiente vai além da instrução, é também lugar de cuidados, de proteção que possibilite o desenvolvimento físico, motor, social e afetivo das crianças. O papel do professor está para além de educar, tendo como função o cuidar, possibilitar atividades que desafiem a criança e que o direcionem para a forma correta de ação, para esta mediação é necessário que o professor esteja bem formado para desenvolver a educação em/para os direitos humanos, valorizando os direitos fundamentais. Esta é a escola inclusiva, que é de todos, sem discriminação de nem um tipo e que será possível com atuação crítica de profissionais engajados com a transformação da sociedade e formação de uma sociedade mais justa.

Sendo a creche uma instituição que não possui restrição de quem atender recebe desde crianças de famílias que possuam empregos de boa remuneração e são detentores de satisfatório nível de escolaridade, quanto aquelas crianças oriundas de famílias das classes menos favorecidas, da periferia, e que muitas vezes sofrem violência e discriminação, além de crianças com algum tipo de deficiência, ou seja, são instituições que atendem uma demanda de crianças e suas especificidades físicas, étnica, religiosa, econômica, devendo esta ter profissionais qualificados que recebam essas crianças e as trate de forma respeitosa e que para formar pessoas tolerantes e capazes de respeitar o direito de ser do outro.

Percebemos o quanto um profissional bem preparado e comprometido com uma educação em/para direitos humanos pode fazer a diferença numa sociedade que traz em suas raízes históricas a intolerância, o racismo, o preconceito, podendo transforma-se em uma sociedade em que convivem pessoas que respeite o outro, uma sociedade de direitos, mais igualitária e humana.

Em nosso estágio pudemos observar posturas que não favorecem para uma cultura de paz em nossa sociedade muito menos em sala de aula, o estágio é um dos momentos mais esperados por nós enquanto estudantes de pedagogia, para observar na prática as teorias estudadas em sala, nada impede que o observado no estágio seja o oposto do que estudamos sobre as teorias e as leis que deveriam

nortear a prática pedagógica e todo o trabalho na instituição desde o porteiro, a merendeira, enfim toda equipe que forma o corpo docente da escola, pois estes têm por finalidade proporcionar aos educandos um espaço de acolhida e confiança principalmente quando se trata de uma creche, por atender crianças pequenas, portanto, todos os que trabalham na instituição devem proporcionar e promover atitudes de respeito e tolerância, quando isso não for observado no estágio, devemos ser críticos e atuar (quando for estágio de atuação, se não apenas dialogar) mostrando como deve ser desenvolvido o trabalho de um profissional e sabermos qual profissional queremos nos tornar, experiências assim, tornam-se muito enriquecedoras, pois, nos faz refletir sobre tais atitudes e em suas consequências.

## REFERÊNCIAS

CANDAU, Vera Maria Ferrão. Direitos Humanos, Diversidade Cultural e Educação: a tensão entre igualdade e diferença. In: Lúcia de Fátima Guerra Ferreira, Maria de Nazaré Tavares Zenaide e Adelaide Alves Dias. (Org.). **Direitos Humanos na Educação Superior: Subsídios para a educação em Direitos Humanos na Pedagogia**. 1ª ed. João Pessoa: Editora Universitária da UFPB, 2010, p. 205-227.

CANDAU, Vera Maria Ferrão. Multiculturalismo e Educação: a construção de uma perspectiva. In: \_\_\_\_\_(Org.). **Multiculturalismo e educação: questões, tendências e perspectivas em sociedade, educação e cultura (s): questões e propostas**. Petrópolis, RJ: Vozes, 2002, p. 52-77.

DIAS, Adelaide Alves; PORTO, Rita de Cassia Cavalcanti. A Pedagogia e a Educação em Direitos Humanos: subsídios para a inserção da temática da educação em direitos humanos nos cursos de pedagogia. In: FERREIRA, Lúcia de Fátima Guerra et al. **Direitos Humanos na Educação Superior: subsídios para a educação em direitos humanos na pedagogia**. João Pessoa. Ed: Universitária, 2010. P. 29-68.

FIGUEIREDO. Rita Vieira de. A formação de professores para a inclusão dos alunos no espaço pedagógico da universidade. In: Maria Teresa Egler Mantoan (Org.). **O desafio das diferenças nas escolas**. Petrópolis, RJ: Vozes, 2008, p. 141-146.



SANTOS, Maria Terezinha da Consolação Teixeira dos. Inclusão Escolar: desafios e perspectivas.  
In: Maria Teresa Egler Mantoan (Org.). **O desafio das diferenças nas escolas**. Petrópolis, RJ:  
Vozes, 2008, p. 147-152.